

A NEGAÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO DISCURSO DA REVISTA *VEJA*

Elizabete Nepomuceno Raiol Lopes - IFPA¹

Nivaldo Ribeiro Jacinto Pereira - IFPA²

RESUMO: Investigamos o discurso midiático a partir da análise de artigos da revista *Veja* veiculados, no período 2002-2007, cujas temáticas abordaram questões relativas ao negro na sociedade brasileira. O resultado evidencia como a *Veja* representa o negro e contribui para a manutenção de preconceitos raciais no Brasil. Assim sendo, refletimos sobre o papel da escola como formadora de consciência ao analisar o discurso desses textos e propomos o uso dos mesmos, em cursos de formação de professores, como recurso para o desenvolvimento de leituras e práticas pedagógicas mais críticas, na perspectiva da desconstrução do ideário do mito da democracia racial que permeia as relações sociais e educacionais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito Racial; Discurso; Formação de Professores.

Introdução

Interessou-nos pesquisar a reprodução discursiva do preconceito racial a partir da visão de textos impressos na revista *Veja* Nossa abordagem primou pela perspectiva materialista-dialética em Foucault (2000) e van Dijk (2008), a partir das prerrogativas dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), como teoria explicativa das formulações ideológicas e discursivas, presentes nos textos selecionados. Para as proposições a respeito da formação de professores para educação das relações étnico-raciais e discussões das ações afirmativas no bojo da sociedade e da imprensa escrita, adotamos as concepções de Coelho (2006) e o documento das *Orientações e Ações da Educação das Relações Étnico-Raciais* (2006), bem como a Lei 10.639/2003, que modificou e deu outros provimentos à Lei 9.394/96, incluindo no currículo escolar a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura da África e dos Afro-brasileiros.

O resultado de nossa análise ratifica nossa hipótese de que há, no Brasil, preconceito racial e que este ainda se encontra sublimado pela falsa ideia da *democracia racial*. Nesta, a desigualdade social é oriunda de dados estruturais de organização política, social e econômica do país e não do preconceito contra os negros. Nesse sentido, há de se considerar que a interação do texto vinculado

¹ E-mail: elizabetelopes3@yahoo.com.br

² E-mail: pereira-nivaldo@ig.com.br

pela revista *Veja* com o público leitor reafirma o olhar da elite brasileira em relação à inclusão/exclusão dos negros na história e na sociedade brasileira. Acreditamos que esta perspectiva nos possibilitará, na análise dos discursos midiáticos³, entender, em parte, como a sociedade brasileira retrata e percebe o negro e assim discutir esta percepção no contexto escolar.

Análise do Discurso da Revista *Veja*

Compreendemos que o discurso midiático ultrapassa a mensagem imediata e imprime ideologia que sustentam o racismo. Para van Dijk (2008), há na reprodução discursiva a manifestação do *abuso de poder* e da *desigualdade social*. Análises mais detidas do racismo explicitam a *dominação* de um grupo sobre o outro, aglutinam-se a esta visão etnocêntrica o discurso ideológico das elites. Por isso, nossa investigação está centrada as diretrizes dos ECD, na qual a compreensão do texto está vinculada às condições temporais, sociais, históricoeconômicas de sua produção.

Nessa perspectiva, as relações entre *linguagem/sociedade* colaboram com a nossa investigação. Segundo Foucault (2000) a linguagem não serve apenas para “dizer a realidade, não há simplesmente um lado da significação (palavra), que representaria as coisas, consideradas como entes entre si, que estariam no outro lado como puros dados”, ela permite ver o conhecimento como histórico, com seus desdobramentos, evoluções, com sua origem e proveniência.

Assim, a *análise* discursiva deste artigo trata de apreender o enunciado da revista *Veja*, nos limites e na singularidade de seu acontecimento. Decorre de tal ideia nossa indagação: será que a mídia mudou a reprodução de seus saberes depois da aprovação da Lei 10.639/2003? Podemos considerar, enquanto leitores e professores, que o discurso desta mídia reflete as discussões políticas, sociais e educativas em relação à valorização do negro em nossa sociedade? Devemos incluir em sala de aula textos vinculados na mídia, sem uma leitura mais detida, acerca das relações raciais? Nossas reflexões sobre o texto midiático, em relação à apresentação e discussão de discriminação racial e do preconceito, exigem estas ponderações, uma vez que esta linguagem comunica signos ideológicos e, por isso, não é neutra.

³ Compreendido em geral como evento comunicativo específico e mais particularmente como forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua. De acordo com van Dijk (2008), o termo, às vezes, é utilizado para indicar um tipo de discurso particular, uma coleção de discursos ou uma classe de gênero do discurso, tais como, discurso político, discurso científico, discurso educacional, discurso racista, entre outros.

A Função do Sujeito do Enunciado

Ao considerarmos que o preconceito racial é reforçado no texto da revista *Veja*, a partir dos signos ideológicos que ela apresenta em seu discurso, baseamo-nos no *sujeito(S) do enunciado* e no seu *referencial*. O sujeito (autor e/ou gramatical) da elocução se distingue daquele que exerce a função do sujeito do enunciado. A função do sujeito varia, de modo que no enunciado essa posição é vazia e será ocupada por indivíduos ou por suas representações sociais. Desse modo, o sujeito pode ser apresentado na forma figurada, a partir de instituições ideológicas (educativas, políticas, econômicas, religiosas), por pensamentos / concepções (históricos, acadêmico-científicos) até certo ponto diferentes. Conforme apresentamos nos quadros 1A, 2A e 3A, a seguir:

QUADRO 1A: O PARADOXO DA MISÉRIA

ASPECTOS DISCURSIVOS		Interlocutor dos Sujeitos Ricardo Mendonça
SUJEITO/INDICADOR DO DISCURSO	REFERENCIAL	
S ₁ – Miséria	Mateus; Brasil/Mundo; Mollie Orshansky; Pesquisadores	
S ₂ – Conhecimento	Dados: Históricos, Estatísticos, Comparativos, Percentuais.	
S ₃ – Política	Crítica: contra/a favor	
Fonte: <i>Veja</i> , edição 1.735, de 23/01/2002.		

QUADRO 2A: ELA PODE DECIDIR A ELEIÇÃO

ASPECTOS DISCURSIVOS		Interlocutor dos Sujeitos Júlia Duatibi
SUJEITO/INDICADOR DO DISCURSO	REFERENCIAL	
S ₁ – Mulher Negra	Nordestina, baixa escolaridade	
S ₂ – Política	Lula; Alkmin	
S ₃ – Conhecimento	Escolaridade e Situação socioeconômica do eleitor.	
Fonte: <i>Veja</i> , edição 1.969, de 16/08/2006.		

QUADRO 3A: RAÇA NÃO EXISTE

ASPECTOS DISCURSIVOS		Interlocutor dos Sujeitos Rosana Zakabi/Leoleli
SUJEITO/INDICADOR DO DISCURSO	REFERENCIAL	
S ₁ – Cotas	Questão UNB	
S ₂ – Personalidades	Ildi Silva; Obina; Djavan; Daiane dos Santos; Seu Jorge; Negrinho da Beija-Flor; Milton Nascimento; Sandra de Sá; Frei Davi dos Santos	
S ₃ – Conhecimento	Dados percentuais, Estudos acadêmicos.	
S ₄ – Cultural	Cultura brasileira; Democracia racial	
Fonte: <i>Veja</i> , edição 2.011, de 06/05/2007.		

Assim, o enunciado é constituído a partir da proposição com o seu referente e figura no discurso características do saber da época. Conforme Foucault (2000) a *linguagem real não é um conjunto de signos independentes*, isolados, pois jaz neles o contexto histórico-social e isso está expresso nos sujeitos do discurso da *Veja*, por isso o discurso dessa mídia reflete preconceitos que precisam ser desvelados, mas para tanto precisamos compreender que: “[a linguagem é] cerrada

sobre si mesma, [mas] que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas: tanto e tão bem que, todas juntas, elas formam uma rede de marcas, em que cada uma pode desempenhar, o papel de conteúdo ou de signo.” (FOUCAULT, 2000, p. 47)

Não há uma simples indicação de sujeitos e referenciais. Há, sobretudo, uma trama discursiva que reflete o pensamento de um grupo, de uma classe. E para essa classe que se dirige a revista *Veja*, e ao se dirigir a ela reforça as diferenças socioraciais. Nos artigos analisados pudemos observar em relação ao sujeito um referente constante, a saber: Política; Cultura e; Conhecimento. Os demais sujeitos, aqui tratados como variáveis, a saber: Miséria; Mulher Negra; Cotas e; Personalidades (enunciado/imagem), sujeitavam-se aos elementos temáticos do enunciado para remeter aos sujeitos discursivos constantes.

Nos sujeitos variáveis, as significações discursivas se erguem como alicerce do próprio discurso ideológico. Na observação destes sujeitos, confirmamos que a revista *Veja* não é neutra e que seus textos estão para além do enunciado. Observamos em S₁ – Mulher Negra - a figura retórica Ironia desfazendo o discurso de esperança típico das camadas mais pobres da população brasileira. A eleitora Gilmara, personificação das mulheres eleitoras, se autoqualifica como *guerreira*, posto que já “venceu duras batalhas na vida”. Todavia, tem esse seu qualificativo associado, por parte do interlocutor do enunciado, ao domínio discursivo do S₃ – Conhecimento, ou seja, Gilmara é acrítica em relação à sua situação socioeconômica: “A guerreira dá duro o dia inteiro numa creche, que já foi um hospital e ganha um salário mínimo”.

O mais intrigante dos sujeitos variáveis observado foi S₁ – Cotas, localizado no texto *Raça não existe*, que foi publicado em 2007, quatro anos depois da Lei 10.639/2003. Há de se ressaltar que este sujeito discursivo é o que mais evidencia seu preconceito contra o negro. Enquanto os outros sujeitos variáveis, anteriores e ou coetâneos à referida lei, centram seus discursos em sutilezas do preconceito, ligando este à pobreza, à falta de escolaridade, à má distribuição de renda, ou seja, à estrutura econômico-social, S₁ – Cotas gera uma “teia” discursiva para o leitor. Todo o discurso é constituído sob a égide do combate ao preconceito racial, porém este serve de contra discurso à política afirmativa de cotas universitárias para negro.

A decisão da [UnB] determina quem tem direito ao privilégio da cota mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele. [...] Desde 2004, a UnB – e outras 33 universidades do país – reserva 20% de suas vagas a alunos negros e pardos que conseguem a nota mínima no exame.

O sistema de cotas raciais nas universidades foi uma promessa de campanha do presidente Lula. A lei que o regulamenta espera aprovação no Congresso, junto com outra lei temerária que institucionaliza o cisma racial no país: o Estatuto da Igualdade Racial. Caso os dois projetos sejam aprovados, metade das vagas nas universidades federais terá de ser preenchida por negros. O mérito acadêmico fica em segundo plano. [...] O Brasil, que tinha o privilégio de ser oficialmente cego em relação à cor da pele de seus habitantes, infelizmente corre o risco de ser mergulhado no ódio racial. (VEJA, 2007, p.82-88).

Há de se considerar, nesse contexto, que a leitura de texto midiático serve ao processo de interpretação de práticas cotidianas do homem, uma vez que ela perpassa diferentes níveis da estrutura social. Todavia, se crermos na perspectiva de que na escola se aprende a partir da diversidade e de diferenciadas fontes, incluindo a midiática precisamos considerar o discurso racista que habita em um campo adjacente do enunciado-não-racista de S_1 – Cotas. Mas, para tanto, precisamos compreender o referencial histórico-social que este discurso imputa à figura do negro na sociedade brasileira. Ressalte-se que o ECD da mídia *Veja* exige a compreensão da ideologia das elites, ou seja, a “transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo” (CHAUÍ apud DÓRIA, 2008, p. 31).

Compreender o discurso racista, que imprime e perpetua preconceitos contra negros na sociedade brasileira, implica entender as relações de comunicação presentes no texto da revista *Veja*. Uma vez que seus textos evidenciam o discurso das analogias entre a dominação e a resistência entre as classes sociais que compõem nossa sociedade. Nesse sentido, o signo ideológico do preconceito racial é reforçado no discurso da *Veja*, a partir dos indicadores discursivos: sujeito/referencial. A partir deles, chegamos à constatação de que os sujeitos discursivos: negam a presença da população negra; negam também a existência de preconceito contra negros e reforçam o mito da democracia racial; unem a imagem do negro ao povo africano e a distanciam do povo brasileiro; e subestimam a capacidade intelectual dos negros.

Os Sujeitos e a Negação dos Negros

Em *O Paradoxo da Miséria* evidenciamos a negação dos sujeitos em relação aos negros. O interlocutor dos sujeitos sustenta seu discurso em S_1 – Miséria e, a partir dele, ratificamos a existência do mito da democracia racial no país. Nesse texto, afirma-se que os governantes e a sociedade como um todo têm uma *dívida social com os pobres*, mas, apesar disso, não indica quem são os indivíduos pobres que ocupam o lugar dos miseráveis no país, para os quais devemos pagar nossa dívida. Todavia, no nível do discurso esses indivíduos são percebidos. No referencial do S_2 – Conhecimento, seu registro no enunciado deixa claro que esses pobres são os negros:

Mateus B. Souza – Criança desnutrida Kwashiorkor. Cesta básica. Precisa comida. Vai morrer.

Kwashiorkor, palavra importada da África, onde a doença foi descrita pela primeira vez no início do século passado. De tão prevalente na África, [ela] tem definições em vários dialetos tribais. Num deles, falado em Gana, a palavra designa originalmente a criança que não pode ser alimentada pelo leite materno.

A doença de Mateus não é apenas um drama familiar. (VEJA, 2002, p. 82-93)

O centro da argumentação do interlocutor não está em S_2 – Conhecimento, mas sim em S_1 – Miséria. Por isso, há negação da presença do negro e esta evidencia as analogias entre a dominação e a resistência das classes sociais que compõem nossa sociedade. Fica evidente a negação da figura do negro no discurso, uma vez que as referências textuais para S_1 – Miséria concentra 95% em informações que identificam / qualificam a pobreza e a miséria.

Segundo ONU existem 830 milhões de miseráveis no planeta. A doença atinge todos os continentes. Na Europa, na Oceania e na América do Norte o problema tem escala reduzida, pois a miséria ataca esporádica e temporariamente alguns grupos de imigrantes clandestinos ou algumas minorias. A situação muda de patamar na Ásia, que concentra 63% dos miseráveis do mundo. O caso mais extraordinário é o da Índia. Em termos proporcionais, o epicentro da miséria mundial é a África. (VEJA, 2002, p. 82-93)

Apesar disso, em S_3 – Política, o interlocutor retoma a noção de *dívida social* com os pobres e indica implicitamente que os pobres brasileiros são negros.

Não se sabe ainda quais serão os candidatos a presidente, mas já se sabe qual será o maior desafio do novo governo: reduzir esse contingente de padrão africano. Desde já, é bom para os candidatos decorar a palavra *kwashiorkor* e seu duro significado na vida de milhões de brasileiros. (VEJA, 2002, p. 82-93)

A análise dos elementos discursivos em *O Paradoxo da Miséria* implica a compreensão da ideologia das elites enquanto “transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo” (CHAUÍ apud DÓRIA, 2008, p. 31). A noção que se quer passar nela é que a pobreza fere o estado democrático, onde *todos têm direitos iguais*. Por isso, há de se repensar nosso sentido de democracia no contexto de pobreza e miséria, posto que ainda há desigualdades exorbitantes no Brasil e estas atingem sobretudo a população negra. Por isso, o racismo está no epicentro dessa desigualdade social. Ele é praticado pelas elites dominantes nas democracias ocidentais em seu discurso histórico, verificado em S_3 – Política. Deste modo, compreender o discurso racista, impresso na mídia, exige de nós leitores a percepção das *sutilezas* do preconceito contra negros e a evidente negação de sua existência na sociedade brasileira.

A sociedade brasileira constrói e incorpora uma forte representação de liberdade e de generosidade racial no país. [...] Tal contexto nos induz à inferência de que há discriminação racial no Brasil. [...] Existe, sim, o racismo, porém a sociedade não se imbuíu de coragem suficiente para enfrentá-lo [...] (COELHO, 2006, p.132).

Esse enfrentamento é premente, mas a mídia reforça, por meio de seu discurso, a ditadura do senso comum que naturaliza a democracia racial e nega o negro em nossa sociedade. Por isso, é imprescindível a compreensão desse discurso, que, enquanto comunicação verbal, reforça o preconceito racial.

Negação da Existência de Preconceito contra Negros e Reforço ao Mito da Democracia Racial

Van Dijk (2008, p. 18) enfatiza que “apesar da sutileza e da complexidade do discurso racista, os princípios organizadores globais desse discurso são muito simples e similares em qualquer tipo de discurso de base ideológica”. Para ele, esses discursos “enfatizam os aspectos positivos do Nós, [em nosso caso a mídia]; enfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora [os negros]; não enfatizam os aspectos positivos do Eles; não enfatizam os aspectos negativos do Nós”. (Idem). Ele afirma que a mídia serve como sustentáculo do preconceito. Ao abordar o discurso ele nos revela que: a representação negativa dos acontecimentos étnicos e de pessoas pode [...] influenciar as mentes dos [leitores]. Estes [...] formarão [...] modelos tendenciosos de acontecimentos étnicos específicos que leem ou ouvem. (VAN DIJK, 2008, p. 18). Por isso, podemos afirmar que o discurso midiático está envolvido na reprodução do racismo, em geral, e na formação dessas ideologias preconceituosas que são perceptíveis nos três textos analisados neste trabalho e cujas marcas textuais deixam evidente a posição da mídia estudada.

Mas que **nordestinos** são esses que **decidirão a eleição**? São **homens ou mulheres**? **Foram à escola**? **Quanto ganham por mês**? São **eleitores que estudaram até o nível médio e cuja renda familiar não supera 700 reais** (VEJA, 2006. P. 52-55). [...] **O sistema de cotas raciais** nas universidades foi uma **promessa de campanha** do presidente Lula. A lei que o regulamenta espera aprovação no Congresso, junto com outra **lei temerária que institucionaliza o cisma racial no país**: o Estatuto da Igualdade Racial. Caso os dois projetos sejam aprovados, **metade das vagas nas universidades federais terá de ser preenchida por negros. O mérito acadêmico fica em segundo plano** (VEJA, 2007. p. 82-88).

Nos trechos acima grifados, os negros são caracterizados, estigmatizados como os pobres, os doentes, os analfabetos, o que não deixa de ser em parte verdade. Todavia, estas apresentações não visam à reparação deste quadro, mas à perpetuação dessa ideologia. Concomitante a estas marcas, os sujeitos discursivos se eximem da responsabilidade de coparticipantes da manutenção do racismo.

O fato de existir um enorme contingente de negros pobres no Brasil resulta de circunstâncias históricas, não de uma predisposição dos brancos para impedir a ascensão social dos negros na sociedade.

Depois de Freyre, a miscigenação racial foi sendo gradualmente aceita até se transformar, hoje, num valor cultural dos brasileiros. A música popular, por exemplo, não cansa de festejá-la. O país tem orgulho da beleza de suas mulatas. [...] Quem acha que o problema racial no Brasil é parecido com o dos Estados Unidos, nunca leu os elogios à nossa democracia racial feitos por tantos autores negros americanos (VEJA, 2007. p. 82-88).

Coelho (2008) demonstra que a identificação e o reconhecimento da miscigenação brasileira geram o *mito da democracia racial*. Contudo, alerta que “a pobreza do Brasil tem cor de pardo, de mestiço de negro” e assinala, a partir dos estudos de Florestan Fernandes, que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito. Ela evidencia três aspectos do racismo velado no Brasil: o

econômico, o social e o cultural. Neste discurso as representações sociais, que foram construídas ao longo do tempo a respeito da população negra no Brasil, sublimam as interdições a que foram submetidos os negros e procuram reforçar a ideologia da democracia racial, citando cientistas que divergem das políticas de cotas e que criticam as políticas afirmativas destinadas àquela população. Como exemplo o sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE:

O preconceito racial existe, mas existe também um histórico de convivência amigável, de aceitação das diferenças raciais, religiosas e culturais que representam um patrimônio a ser aperfeiçoado. Por que não progredir nesse caminho, em vez de dividir a sociedade em raças estanques? (VEJA, 2007. p. 82-88).

É notório que a pobreza, a falta de acesso à educação escolar, entre outros, geram ações discriminatórias. Coelho (2008, p.22), enfatiza que “a discriminação permanece entre pretos e pardos que se encontram entre as faixas superiores de renda e educação”. Porém, segundo a revista *Veja*, a utilização destes fatores, parte, não raras vezes, do embrião da escravidão, para justificar a pobreza da população negra e afrodescendente. Nesse sentido, o discurso da *Veja* perpetua a falsa democracia racial brasileira.

Junção da Imagem do Negro a uma Herança Histórica e Biológica com o Povo Africano e Distanciamento do Povo Brasileiro

No texto *O paradoxo da miséria* (VEJA, 2002) não há referências diretas às questões raciais, contudo as marcas discursivas do enunciado conduzem a tais inferências, apesar das diversas tentativas de “fuga” do interlocutor de indicação explícita dos reais sujeitos da miséria e da indulgência. Seu recurso é simples, ele remete o leitor para situações similares em outros países, distanciando-o no tempo e no espaço do problema, verificando-se efetivamente tal fuga na introdução do S₂– Conhecimento (quadro1A), cuja relação mantém a intertextualidade com referentes africanos:

Afirma a existência de flagelo social dos miseráveis indicando que estes seriam o contingente de padrão africano. [...] Indica que a maior parte das pessoas associa a desnutrição a imagens de TV feitas na África, onde legiões de esqueléticos esperam que organismos internacionais enviem a próxima refeição. Especifica que a doença de Mateus é uma desnutrição kwashiorkor, frequente na África. [...] Diz que a miséria no Brasil vai para além da escassez de recursos. Faz retrospectiva parcial da história de pobreza e fome clássica da Ásia e da África. Alerta para o maior desafio do novo governo: reduzir esse contingente de padrão africano. Desde já, é bom para os candidatos decorar a palavra kwashiorkor e seu duro significado na vida de milhões de brasileiros. (VEJA, 2002. p. 82-93)

Tais articulações do enunciado afastam o discurso do contexto brasileiro e reforçam o mito da democracia racial no país. Indicando que a pobreza brasileira atinge a população

independentemente de cor, logo a marginalização social do negro pobre não se justifica, uma vez que a pobreza é fruto da má distribuição de renda e da falta de investimentos.

Indicação de Menor Intelecto de Negros

Historicamente, o preconceito contra o negro não foi superado por força de leis nem de governos, mas pela luta constante de negros e afrodescendentes. Contudo, as leis são necessárias à medida que testificamos o estado de marginalidade dos negros, pois, cada vez mais, eles estão distantes de condições básicas para a constituição de sua humanidade. As leis não garantem, isoladamente, a inclusão social do negro, uma vez que há, paralelamente, vinculados a elas, diversificados discursos que podem ou não garantir sua efetividade no cotidiano. Dentre esses discursos destaca-se o midiático tomado aqui como (re)produtor da discriminação racial. Silva (2004) afirma que a ideologia e a construção identitária dos negros na mídia se sustentam em um discurso antirracista, com ampla utilização de metáforas, criadas e usadas tanto pelos brancos quanto pelos negros que mascaram ideologias preconceituosas e discriminatórias. Fato que se comprova em nossa pesquisa na reportagem *Raça não existe*, nela os sujeitos do discurso antirracista é tomado como pretexto para a discriminação do negro: “A decisão da banca da Universidade de Brasília que determina quem tem direito ao privilégio da cota mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele – coisa que fizeram os nazistas e o apartheid sul-africano.” (VEJA, 2007). Todavia, esse mesmo discurso afirma seu racismo quando se posiciona contra aprovação da Lei das Cotas universitárias:

[A] lei que o regulamenta espera aprovação no Congresso, junto com outra lei temerária que institucionaliza o cisma racial no país: o Estatuto da Igualdade Racial. Caso os dois projetos sejam aprovados, metade das vagas nas universidades federais terá de ser preenchida por negros. O mérito acadêmico fica em segundo plano. Também haverá cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV. (VEJA, 2007. p. 82-88)

O discurso da baixa intelectualidade do negro é reforçado a partir da política de cotas adotadas pela Universidade de Brasília (UnB), a partir de 2004, e da decisão da banca daquela universidade que classificou um dos irmãos gêmeos univitelinos, e reprovou o outro. Na discursividade do enunciado, fica evidente que aos negros é negado o direito de ingressar na universidade pelo sistema de cotas, pois não houve prejuízo à formação acadêmica dessa população.

As políticas raciais que se pretende implantar no país por força da lei têm potencial explosivo porque se assentam numa assertiva equivocada: a de que a sociedade brasileira é, em essência, racista. Nada mais falso. Após a abolição da escravidão, em 1888, nunca houve barreiras institucionais aos negros no país. [...] Além de pisotear a Constituição, tratando pretos e pardos e brancos de forma desigual, o projeto de separar os brasileiros e definir direitos com base na “raça” é também um disparate científico. (VEJA, 2007. p. 82-88)

A categorização do eleitorado nordestino, majoritariamente negro, a partir da escolaridade, a renda e a questão do gênero, associa a esta região um atraso histórico em relação às regiões Sul e Sudeste do país. Tal discurso reforça a ideia de que naquela região os eleitores, por apresentarem baixa escolaridade e renda inferior ao salário mínimo, irão votar no candidato do governo.

A Educação, a Lei 10. 639/2003 e a Formação de Professores

Diverso quer dizer diferente, múltiplo. Ao longo da história do Brasil, encontramos estes dois extremos: de sermos um país diverso, aparentemente sem preconceitos, e, ao mesmo tempo, ser uma nação segregada, na qual as diferenças entre brancos e negros são visíveis. Por isso, a noção de diversidade tornou-se, para nós, um elemento constitutivo de identidade nacional. Contudo, a educação formal, ministrada, em seus diversos níveis, em instituições de ensino está permeada pela intencionalidade das classes dominantes que negam tal diversidade. Dessa forma, as escolas, dentro do modo de produção capitalista, cumprem com o papel que lhes é reservado: reproduzir as ideias dominantes. Para concretizar este papel, a escola vale-se de ideologias que negam o preconceito racial, mascarando-o, suprepujando-o com a ideia de democracia racial. Uma ideologia que, segundo Marx e Engels (apud BRANDÃO, 1994), se caracteriza por colocar os homens e suas relações de “cabeça para baixo”. O preconceito, deste modo, é gerado tanto no bojo da sociedade, por fatores econômicos e sociais, quanto na escola, por meio de seus conteúdos.

Escolhemos ser diversos, porque somos diferentes e nos constituímos historicamente diferentes. Mas aceitar que somos diversos e que devemos ser respeitados por nossas diferenças de cor é extremamente difícil para muitos de nós, brasileiros, que temos “preconceito de ter preconceito” e vivemos sob a égide da democracia racial. Por isso, quando pensamos no termo diversidade em relação à sociedade percebemos que a noção de diverso se metamorfoseia para a esfera do preconceito não assumido e velado, que cada vez mais vem se (re)produzindo na mídia que, infelizmente, introduz isso cotidianamente nas escolas. Discursos como os da revista *Veja*, informativos e atuais, aparentemente inofensivos, são levados à sala de aula como apoio de leitura.

Neste sentido, há de se reconsiderar que a leitura midiática, enquanto processo de interpretação de práticas cotidianas do homem, perpassa todos os níveis de ensino, na perspectiva de que na escola se aprende a partir de diferenciadas fontes para questionar um texto, para refletir sobre um assunto e para relacionar ideias fazendo inferências críticas. Portanto ler, nesta perspectiva, é construir significados. E a educação é parte instauradora da identificação cultural de um povo e da construção de seus significados. Contudo, temos observado que esta mesma educação não tem contemplado a diversidade sociocultural do povo brasileiro, sobretudo, quando divide categoriza os homens entre brancos e negros, deixando este último à margem dos processos

pedagógicos e históricos, contribui para a manutenção do racismo ao invés de combatê-lo. Decorre disto, que o preconceito deve ser combatido na educação. A inserção e valorização do homem negro em nossas escolas é uma questão nacional e a Lei 10.639/2003 ratifica isso. Todavia, se faz necessário ações que testifiquem a lei e que sobretudo abram as portas da escola para o debate e a reflexão sobre as contribuições do povo negro em nossa cultura.

Proposta de Leitura Crítica

A educação é basilar para a transformação socioeconômica e cultural de um povo, por isso, o papel da escola consiste, sobretudo, em contribuir, dialeticamente, na formação dos homens para a cidadania. Ela compromete-se com a promoção da integralidade destes, estimulando-os à formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de cada um em sociedade. Deste modo, a educação, vinculada a um sistema regular de ensino, não pode e não deve ser apenas mais uma transmissora de conteúdos do currículo formal, ao contrário, ela precisa participar e estimular, conjuntamente com o Estado e a Sociedade, a formação de crianças e adolescentes para o exercício pleno da cidadania.

Os educadores críticos contrastaram as perspectivas determinísticas marxistas com a ideia de que as escolas podem representar espaços de resistência e possibilidade democrática, por meio do esforço conjunto de professores e alunos dentro de uma estrutura pedagógica libertadora que objetiva a formação crítica e a não subjugação. Compreendemos, deste modo, que a escola deva incluir no seu cotidiano curricular, formal e oculto, os diferentes discursos, orais ou escritos, que tratam das questões étnico-raciais, não somente por força da Lei, mas também para fazer valer a prática da cidadania, de justiça social e da igualdade de direitos de todos os homens. Nesta perspectiva, nossa proposta analisa os discursos (textos) da revista *Veja* de formação de opinião pública, que apresentaram e/ou ponderaram sobre as desigualdades entre brancos e negros na sociedade brasileira, se fez importante uma vez que evidenciou as ideologias reproduzidas, não raras vezes, na escola, que identificam negros como elementos da população associados às “características” negativas, tais como: pobreza, sujeira, criminalidade, analfabetismo, subemprego, incapacidade intelectual, aparência animalésca.

Destarte, ressalta-se que o discurso da *Veja* pontua a visão hegemônica da classe média brasileira e ao mesmo tempo fala a esta mesma classe, cooperando, dessa maneira, com a reprodução e a manutenção da discriminação social. Há na reprodução discursiva desta revista a manifestação do *abuso de poder* e a *desigualdade social* (VAN DIJK, 2008). Nesse sentido, os textos veiculados por esta mídia apontam para os discursos que sustentam o racismo velado da

classe média no Brasil. Análises mais detidas do racismo explicitam a *dominação* de um grupo sobre o outro. Aglutinam-se a esta visão etnocêntrica o discurso ideológico das elites: “Isso é especialmente verdade para as formas mais danosas do racismo contemporâneo, a saber, as das elites. [...] Elas exercem esse controle em grande parte falando ou escrevendo, por exemplo, [...] em notícias jornalísticas, na publicidade, em aulas, em livros didáticos” (VAN DIJK, 2008, p. 133).

A partir desta ótica verifica-se, infelizmente, que o sistema educacional não trabalha no sentido de romper com a reprodução do preconceito e da discriminação (COELHO, 2006, p. 307), uma vez que as práticas educativas deixam de lado a leitura mais crítica dos textos midiáticos. Decorre então que a análise dos textos veiculados pela revista *Veja* sejam úteis à ação pedagógica e são proveitosos à compreensão empírica das prerrogativas intrínsecas à Lei 10.639/2003, podendo, desta forma, ser utilizados em sala de aula e nos cursos de Formação de Professores, enquanto material de análise para constituição de parâmetros educacionais que destaquem no contexto social a figura do negro e das relações que este estabelece nos espaços da sociedade.

Com intuito de contribuir com as discussões no campo da Formação de Professores, partimos da compreensão de que os docentes são capazes de extrapolar a “ditadura do senso comum” das discussões raciais, por meio de ações pedagógicas objetivas, e a leitura, enquanto processo de interpretação de práticas cotidianas do homem se faz importante, haja vista que perpassa todos os níveis de ensino e práticas educativas, na perspectiva de que na escola se aprende a ler para questionar um texto, para refletir sobre um assunto e para relacionar ideias fazendo inferências críticas. Portanto ler, nesta perspectiva, é construir significados. Estes significados em relação à imagem do negro são veiculados na revista *Veja*, por isso esses textos devem ser percebidos no sentido de discutir as diretrizes legais da educação e dos marcos históricos da inclusão do negro na sociedade e na cultura brasileira e que esteja fundada em princípios teórico-epistemológicos consistentes que visem a uma práxis crítica a respeito da inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira. Deste modo, compreenderemos no seio da formação dos professores os meandros que caracterizam e identificam o preconceito destes discursos.

No ensejo almejamos ainda evidenciar que a utilização de recursos pedagógicos midiáticos, enquanto material de ensino/aprendizagem para a análise da representação do negro, utilizado em sala de aula, ajuda na compreensão das relações étnico-raciais e da pluralidade cultural no Brasil. Eles são importantes para a desconstrução dos estereótipos negativos, criados para os negros no decorrer do histórico de sua interdição, e salutareis para a construção de uma identidade positiva destes sujeitos.

Conclusão

A leitura da imagem do negro, feita por educadores e educandos, deve perceber sentidos ideológicos embutidos no discurso e discutir as diretrizes legais da educação e dos marcos históricos da inclusão do negro na sociedade e na cultura brasileira. Ela necessita que esteja fundada em princípios teórico-epistemológicos consistentes que visem uma práxis crítica. Só deste modo compreenderemos no seio da formação dos professores os meandros que caracterizam e identificam o preconceito racial destes discursos. Discutir sobre o preconceito é um assunto incômodo, tanto quanto ter um *negro assumindo papel que não é dele!* Infelizmente, em nossa sociedade, é comum depararmos-nos com essa democracia racial demagoga que nos coloca diante de múltiplos discursos, os quais apontam para uma democracia racial brasileira ou reforçam preconceitos antigos de nossa sociedade; e, apesar dos esforços ao combate a essa discriminação racial, ela persiste, sobretudo, na mídia brasileira.

Embora os textos da revista *Veja* apresentem conteúdos de preconceito racial, o que contraria o “espírito” da Lei 10.639/2003, que busca a valorização da população afrodescendente e suas contribuições na formação da sociedade brasileira, propomos a utilização deles nas práticas pedagógicas da formação de professores, a partir de uma leitura crítica, amparada em referenciais epistemológicos, que desnude o senso comum e ajude a desconstruir o mito da “democracia racial”, que ainda está presente na sociedade brasileira, pois, se vivemos em uma sociedade tida como igualitária, não há porque reclamar direitos. Por fim, almejamos, ainda, evidenciar que a utilização de recursos pedagógicos midiáticos, enquanto material de ensino/aprendizagem para a análise da representação do negro utilizado em sala de aula, ajuda na compreensão das relações étnico-raciais e da pluralidade cultural no Brasil. Eles são importantes para a desconstrução dos estereótipos negativos, criados para os negros no decorrer da história de sua interdição, e salutares para a construção de uma identidade positiva destes sujeitos. Portanto, as instituições de ensino, notadamente aquelas dedicadas à formação de professores, têm papel fundamental nessa tarefa.

Referências

BRANDÃO, H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3.ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994. (Série Pesquisas)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. (VEJA, 2002, p. 82-93)

CAMARGO, Leoleli; ZAKABI, Rosana. *Raça não existe*. Revista *Veja*, n. 2011, p. 82-88, 06 jun./2007. Disponível em: <<http://www.veja.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 05. Jun. 2009.

CAVALLEIRO, Elaine. Introdução. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada. Alfabetização e diversidade. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

COELHO, W. *A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores – Pará, 1970-1989*. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora da Unama, 2006.

COELHO, W., CABRAL, R. P. Relações Sociais no “paraíso racial”. Considerações iniciais sobre um mito. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía, COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade*. Belo Horizonte, 2008.

DÓRIA, Antonio Sampaio. O preconceito em foco. In: *Análise de obras literárias infanto-juvenis: Reflexões sobre História e Cultura*. São Paulo: Paulinas, 2008. (Col. Educação em foco).

DUAILIBI, Júlia. *Ela pode decidir a eleição*. In: Revista *Veja*, nº 1969, São Paulo, p. 52-55. 16 ago./2006. Disponível em <http://www.veja.com.br/acervodigital>. Acesso em 05. jun.06.2009.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos)

MENDONÇA, Ricardo. *O Paradoxo da miséria*. Revista *Veja*, n. 1735, p. 82-93, 23 jan./2002. Disponível em: <<http://www.veja.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 05. mai.2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha Explica)

SILVA, Francisca Cordélia Oliveira da. *Racismo e mídia: o negro no discurso brasileiro*. Caderno de resumo do Seminário de pesquisa em análise do discurso. Urberlândia, 2004.

VAN DIJK. Teun (org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: UNESCO/ Contexto, 2008.

VAN DIJK. Teun. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.